



**ÁGUAS DE NITERÓI S.A.**  
CNPJ 02.150.336/0001-66

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
Ativo		Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6		125.195	124.402
Contas a receber de clientes	7		77.477	67.553
Estoques			706	763
Despesas antecipadas			2.143	1.844
Créditos com partes relacionadas	23		382	1.891
Tributos a recuperar			85	127
Outros ativos			2.559	1.490
			<u>208.547</u>	<u>198.070</u>
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	8		-	3.236
Outras aplicações financeiras	9		1.612	1.409
Tributos diferidos	18		2.831	5.064
Depósitos judiciais			11.879	11.941
Tributos a recuperar			153	82
Operações com derivativos			493	576
Ativo de direito de uso	10		938	1.714
Imobilizado	11		2.418	1.845
Ativo de contrato	12		62.875	71.415
Intangível	13		289.252	256.762
			<u>372.451</u>	<u>354.044</u>
			<u>580.998</u>	<u>552.114</u>
<b>Total do ativo</b>				
			<u>789.545</u>	<u>750.184</u>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	14		18.043	17.015
Empréstimos e financiamentos	15		19.386	19.719
Passivos de arrendamento	15		1.008	820
Debêntures e notas comerciais escriturais	16		35.969	11.156
Obrigações tributárias	17		8.309	5.155
Obrigações trabalhistas			7.938	6.981
Ônus da concessão	20		4.268	4.012
Obrigações com acionistas	23		36.373	28.690
ICMS a devolver a clientes	19		2.193	2.073
Débitos com partes relacionadas	23		2.198	3.497
Outras obrigações	21		5.676	4.850
			<u>141.361</u>	<u>103.968</u>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	15		115.558	84.375
Passivos de arrendamento	15		85	1.012
Debêntures e notas comerciais escriturais	16		60.358	91.638
Provisões para contingências	22		13.378	14.572
			<u>189.379</u>	<u>191.597</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	24			
Capital social			151.000	151.000
Reservas de lucros			99.258	105.549
			<u>250.258</u>	<u>256.549</u>
			<u>580.998</u>	<u>552.114</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações dos resultados</b>				
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</b>				
			31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	25		619.801	548.668
Custo dos serviços prestados	26		(308.191)	(273.653)
Lucro bruto			311.610	275.015
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	27		(117.300)	(116.368)
Outras receitas operacionais			715	432
			<u>(116.585)</u>	<u>(115.936)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro			195.025	159.079
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	28		21.390	20.898
Despesas financeiras	28		(25.283)	(30.564)
			<u>(3.893)</u>	<u>(9.666)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição			191.132	149.413
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b		(56.158)	(47.256)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18b		(2.233)	1.944
Lucro líquido do exercício			132.741	104.101
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</b>				
			31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício			132.741	104.101
Total do resultado abrangente do exercício			132.741	104.101
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</b>				
			Reserva de lucros	
			Capital social	Re-serva Legal
			Investi-mentos	Reten-ção de Lucros
			Lucros acumu-lados	Patrí-mônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2022	151.000	30.200	942	17.898
Lucro líquido do exercício	-	-	-	104.101
Dividendos distribuídos	-	-	-	(9.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.567)
Proposta de destinação do resultado do exercício:				
Reserva de investimentos obrigatórios	-	-	3.904	(3.904)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(26.025)
Retenção de lucros	-	-	-	74.172
Saldos 31 de dezembro de 2022	151.000	30.200	4.846	70.503
Lucro líquido do exercício	-	-	-	132.741
Dividendos distribuídos	-	-	-	(90.274)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(15.573)
Proposta de destinação do resultado do exercício:				
Reserva de investimentos obrigatórios	-	-	4.978	(4.978)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(33.185)
Retenção de lucros	-	-	-	94.578
Saldos 31 de dezembro de 2023	151.000	30.200	9.824	59.234
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>				
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</b>				
			31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			191.132	149.413
Lucro antes dos tributos sobre o lucro				
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:				
Depreciação e amortização			25.169	23.388
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação			6.410	8.046
Juros sobre debêntures, notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação			13.937	13.356
Ganho com operações de swap			(208)	(13)
Variações monetárias			965	821
Atualização monetária das contingências			276	2.778
Provisão para perdas de créditos das contas a receber			25.090	27.852
Reversão (provisão) de contingências			(1.471)	128
Resultado na alienação de intangível			73	(165)
Perda com derivativos			83	158
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(35.014)	(34.538)
Estoques			57	(424)
Depósitos judiciais			62	(1.760)
Tributos a recuperar			(5.933)	(3.920)
Despesas antecipadas			(299)	624
Outros ativos			(1.069)	1.152
Aplicações financeiras - vinculadas			3.033	(356)
Fornecedores			1.028	2.618
Ônus da concessão			256	216
Obrigações tributárias			(1.292)	(1.012)
Obrigações trabalhistas			957	1.872
ICMS a devolver - clientes			120	(538)
Partes relacionadas, líquidas			210	(750)
Outras obrigações			826	(791)
			<u>224.398</u>	<u>188.155</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(48.083)	(43.270)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos			(10.322)	(11.044)
Pagamento de juros sobre arrendamentos			(196)	(278)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais			(14.011)	(7.347)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			<u>151.786</u>	<u>126.216</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado			(1.215)	(767)
Adições ao ativo de contrato e intangível			(43.659)	(64.619)
Valor recebido pela venda de intangível			239	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos			<u>(44.635)</u>	<u>(35.386)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos			(129.014)	(72.017)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais			49.206	84.145
Captações de empréstimos e financiamentos			(892)	21.272
Pagamento dos arrendamentos			(6.580)	(6.449)
Pagamento das debêntures e notas comerciais escriturais			(19.227)	(18.868)
Pagamento dos empréstimos e financiamentos			149	(30)
Derivativos recebidos				
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos			<u>(106.358)</u>	<u>7.330</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa			793	98.160
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			124.402	26.242
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			125.195	124.402
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>				

respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para novembro de 2024. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, onde o percentual de 3,233% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Niterói sem contrapartida financeira. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPTCs") e as Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 27 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseado no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Equipamentos de informática: 5 anos
- Veículos: 5 anos
- Benefícios em imóveis de terceiros: 25 anos
- Máquinas e equipamentos: 10 anos
- Móveis e utensílios: 10 anos
- Outros imobilizados: 10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e a Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo, exceto quando os custos de transação atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente - Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente - Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ele é reconhecido pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos

e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** **Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("CO-FINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão





## ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	125.138	125.138	124.347
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	77.477	77.477	67.553
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	-	-	3.236
Outras aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	1.612	1.612	1.409
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	493	493	576
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	382	382	1.891
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	18.043	18.043	17.015
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	134.944	134.944	104.094
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	1.093	1.093	1.832
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	96.327	96.327	102.794
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	4.268	4.268	4.012
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.198	2.198	3.497

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo exercido em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI, IPCA e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú e Focus, do Banco Central do Brasil. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário			
			Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
Ativo						
Equivalentes de caixa	CDI	125.138	136.263	139.041	141.831	
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	CDI	(12.574)	(13.692)	(13.971)	(14.251)	
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(46.577)	(48.380)	(48.831)	(49.283)	
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(79.168)	(84.029)	(85.248)	(86.459)	
Debêntures e notas comerciais escriturais	CDI	(96.961)	(105.581)	(107.733)	(109.896)	
Passivo líquido		(110.142)	(115.419)	(116.742)	(118.058)	
Efeito líquido		(5.277)	(6.600)	(6.716)	(7.916)	
CDI (a.a.)		8,89%				
TJLP (a.a.)		6,14%				
IPCA (a.a.)		3,87%				

**5.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos financiamentos, às debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2023	Valor Contábil	Menos de			Acima de
		um ano	Entre um e dois anos	dois anos	
Fornecedores	18.043	18.043	-	-	
Empréstimos e financiamentos	138.410	19.602	5.864	112.944	
Passivos de arrendamento	1.093	1.008	85	-	
Debêntures e notas comerciais escriturais	96.961	36.247	24.286	36.428	
Ônus da concessão	4.268	4.268	-	-	
Débitos com partes relacionadas	2.198	2.198	-	-	
	260.973	81.366	30.235	149.372	

**5.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim resumidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	134.944	104.094
Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.093	1.832
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	96.327	102.794
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(125.195)	(124.402)
(-) Operações com derivativos	(493)	(576)
Dívida líquida (a)	106.676	83.742
Total do patrimônio líquido (b)	250.258	256.549
Total do capital (a+b)	356.934	340.291
Índice de alavancagem financeira - % [(a)/(a+b)]	29,89%	24,61%

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	57	55
Aplicações financeiras	125.138	124.347
	125.195	124.402

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**7. Contas a receber de clientes**

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	141.697	128.734
Clientes - parcelamento (b)	9.212	9.783
Pontos arrecadadores (c)	1.881	924
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	(75.313)	(71.888)
	77.477	67.553

(a) Representa o saldo de contas emitidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Referem-se aos agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	5.951	5.661
Faturado	33.161	30.209
Não faturado		
Vencidas		
Até 30 dias	15.599	13.797
De 31 a 60 dias	4.860	4.801
De 61 a 90 dias	3.630	3.538
De 91 a 180 dias	9.239	8.987
Mais de 180 dias	80.350	72.448
	152.790	139.441

**8. Aplicações financeiras vinculadas:** Em novembro de 2023, a Concessionária celebrou um contrato aditivo ao contrato FINEM, celebrado em 2018, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Nesse aditivo, foi revogada a obrigação de manter aplicação financeira em conta reserva, cujo saldo era de R\$ 3.236 em 31 de dezembro de 2022. **9. Outras aplicações financeiras:** Em virtude do processo referente à Devolução de ICMS não reivindicados pelos clientes da Concessionária, uma Caderneta de Poupança foi criada no Banco do Brasil em 2007. Explicações mais detalhadas sobre o montante acumulado nesta conta estão presentes na Nota Explicativa nº 19, no tópico ICMS a devolver – Clientes.

**10. Ativo de direito de uso**

	31/12/2023		31/12/2022	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	2.739	(1.801)	938	2.605
Movimentação do ativo de direito de uso:				
Saldos em 31/12/2022	1.714	(78)	910	938
Adições	212	(78)	(910)	938
Amortização	(212)	(78)	(910)	938
Saldos em 31/12/2023	1.714	(78)	910	938

**11. Imobilizado**

	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	3.198	(1.934)	1.264	606
Veículos	20%	874	(749)	125	188
Máquinas e equipamentos	10%	384	(210)	174	168
Móveis e utensílios	10%	2.008	(1.404)	604	507
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4%	458	(208)	250	375
Outros imobilizados	10%	151	(150)	1	1
		7.073	(4.655)	2.418	1.845

**Movimentação do imobilizado:**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	606	556	-	368	(266)	1.264
Veículos	188	22	-	(85)	-	125
Máquinas e equipamentos	168	34	-	(28)	-	174
Móveis e utensílios	507	93	(13)	142	(125)	604
Beneficiárias em imóveis de terceiros	375	-	-	-	(125)	250
Outros imobilizados	1	-	-	-	-	1
	1.845	705	(13)	510	(629)	2.418

**12. Ativo de contrato**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	71.415	47.865	(73)	(510)	(55.822)	62.875
	71.415	47.865	(73)	(510)	(55.822)	62.875

As transferências ocorridas nos períodos de seis meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **Custos de empréstimos capitalizados:** Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo de R\$ 4.220 em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa média ponderada de 11,43% a.a. (R\$ 1.140 e 11,44% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

**13. Intangível**

	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Softwares e aplicativos	20%	564	(537)	27	41
Desenvolvimento de projetos		1.297	(1.241)	56	56
Concessão/Infraestrutura		503.064	(213.895)	289.169	256.665
		504.925	(215.673)	289.252	256.762

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Captação	1.391	(397)	994	1.050
Adutora	8.966	(2.640)	6.326	6.690
Estação de Tratamento de Água - ETA	981	(620)	361	404
Reservatório	19.254	(11.153)	8.101	8.740
Booster	14.268	(6.609)	7.659	8.261
Elevatória de Água	3.838	(883)	2.955	3.114
Substituição/Expansão de rede de água	94.902	(45.451)	49.451	33.938
Ligação de água	85	(13)	72	76
Ligação de esgoto	34.721	(2.196)	32.525	21.652
Substituição/Expansão de rede de esgoto	142.968	(68.569)	74.399	79.382
Elevatória de esgoto	12.043	(1.345)	10.698	6.314
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	93.174	(31.516)	61.658	55.294
Biodigestores	217	(3)	214	214
Emissário	596	(4)	592	526
Beneficiárias em imóveis de terceiros	30.796	(13.742)	17.054	12.789
Máquinas e equipamentos	44.446	(28.338)	16.108	18.264
Máquinas e equipamentos - bens arrendados	418	(326)	92	171
	503.064	(213.895)	289.169	256.665

**Movimentação do intangível:**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	41	-	-	(14)	-	27
Desenvolvimento de projetos	56	-	-	-	-	56
Concessão/Infraestrutura	256.665	524	(226)	(23.616)	55.822	289.169
	256.762	524	(226)	(23.630)	55.822	289.252

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

**14. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria	1.426	1.982
Compra de água	14.534	13.933
Serviços	219	562
Infraestrutura	1.770	492
Outros	94	46
	18.043	17.015

**15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento**

Linha de crédito	Índice	Juros	31/12/2023		31/12/2022	
			Empréstimos e financiamentos	Passivos de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Passivos de arrendamento
FINAME PSI (a)		entre 3,5% e 6% a.a.	91	696		
FINEM (b)		TJLP/ entre 3,97% e 7,78% a.a.			124.292	77.504
FINEP (c)		3% a.a.	1.453	2.453		
Capital de giro (d)		TJLP	12.574	25.218		
(-) Custos de transação			(3.466)	(1.777)		
Total de empréstimos e financiamentos			134.944	104.094		
Circulante			19.386	19.719		
Não circulante			115.558	84.375		
Arrendamentos						





### ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	36	91
Programa de alimentação do trabalhador (Decreto nº 9.580/18)	1.040	875
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 – art. 3)	476	219
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.580/018)	238	219
Outros ajustes	-	1
Total das despesas de imposto de renda e da contribuição social	(58.391)	(45.312)
Alíquota efetiva	30,6%	30,3%

**19. ICMS a devolver - clientes:** Há uma disputa judicial entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água. Em 2006, a Águas de Niterói S.A. obteve decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e o Município de Niterói objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor dos clientes da Concessionária. Em virtude da ordem judicial acima mencionada, a Concessionária depositou um saldo inicial de R\$ 2.965 em uma Cademeta de Poupança no Banco do Brasil, em 03 de setembro de 2007, com uma atualização mensal em média de 0,5%. O valor depositado será investido no município de Niterói. O saldo da cademeta de poupança do Banco do Brasil 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.612 (R\$ 1.409 em 31 de dezembro de 2022). Em 27 de dezembro de 2006, a Concessionária deu início ao processo de devolução de ICMS para seus clientes. O valor atualizado do ICMS a devolver - clientes em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.193 (R\$ 2.073 em 31 de dezembro de 2022). **20. Ônus da concessão:** O valor apresentado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 4.268 (R\$ 4.012 em 31 de dezembro de 2022) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Niterói. Este é calculado com base em um percentual de 3,233% sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. **21. Outras obrigações:** O saldo da conta de outras obrigações tem a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Retenção contratual	1.757	982
Adiantamentos de clientes	3.289	3.273
Outros	630	595
	5.676	4.850

**22. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	749	1.121
Cíveis	12.629	13.451
	13.378	14.572

**Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	63.846	53.120
Trabalhistas	3.289	2.073
Previdenciário	97	-
Tributárias	272.958	246.486
	340.190	301.679

**Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo, etc.); (v) serviços comerciais; (vi) responsabilidade civil; e (vii) cobrança. **Trabalhistas:** As ações judiciais de natureza trabalhista têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) estabilidade/doença ocupacional; (ii) responsabilidade subsidiária/solidária e (iii) acúmulo de funções. **Tributárias:** Processo nº 15563.720122/2019-36: Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calandários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R\$ 272.958. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de recurso de ofício pelo CARF. **23. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 2.889 (R\$ 3.419 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações	2.094	2.576
Encargos sociais	718	761
Plano de saúde	35	32
Plano de previdência privada	30	34
Outros	12	16
	2.889	3.419

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	286	1.890
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	53	-
Águas de Juturnaíba S.A.	43	-
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	-	1
	382	1.891

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	354	276
ERG Participações Ltda.	603	562
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	354	276
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61	48
Synval Filgueiras de Moraes Junior	498	389
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	663	519
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	498	389
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	30.154	23.566
	33.185	26.025

	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	34	29
ERG Participações Ltda.	58	48
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	34	29
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	6	5
Synval Filgueiras de Moraes Junior	48	40
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	64	53
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	48	40
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.896	2.421
	3.188	2.665

Débitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	2.198	3.497
	2.198	3.497
	38.571	32.187

Resultado com partes relacionadas		
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	(216)	(162)
Despesas		

Contrato de gestão (Management Fee)	(28.027)	(25.202)
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(28.243)	(25.364)
Total resultado com partes relacionadas		

Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de mercadorias ou das prestações de serviços, oriundas do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **23. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social realizado é de R\$ 151.000 em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e está representado por 6.000 (seis mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.000 (duas mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais.

Posição acionária	Quantidade de ações (unidades)			% Capital total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.900	3.552	5.452	90,8667%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	40	80	120	2,0000%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	30	60	90	1,5000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	30	60	90	1,5000%
ERG Participações Ltda.	-	109	109	1,8167%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	64	64	1,0667%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	64	64	1,0667%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	11	11	0,1833%
	2.000	4.000	6.000	100%

b) **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) **Reserva para investimentos:** Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

d) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2023, foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R\$ 90.274, dos quais R\$ 31.594 eram referentes ao lucro gerado no exercício de 2023. Além disso, ao longo do mesmo ano fiscal, foram destinados juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 15.573, sendo R\$ 3.750 decorrentes do lucro gerado durante o exercício de 2023. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	132.741	104.101
Constituição da reserva legal - 5% (i)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	132.741	104.101
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	33.185	26.025
(i) Não houve destinação para reserva legal, uma vez que o saldo atingiu o limite de 20% do capital social, em conforme previsão legal.		
e) <b>Reserva para retenção de lucros:</b> Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.		

	31/12/2023	31/12/2022
<b>25. Receita líquida</b>		
Receita de prestação de serviços	643.259	574.527
Receita de construção	44.906	31.577
CANCELAMENTOS	(6.010)	(3.087)
	682.155	603.017
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(58.609)	(52.806)
Descontos concedidos	(3.745)	(1.543)
Receita líquida	619.801	548.668
<b>26. Custos dos serviços prestados</b>		
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2.078)	(1.834)
Ônus da concessão	(18.700)	(16.813)

Bernardo Machado Alves Gonçalves – Diretor; Thiago Contage Damaceno – Diretor  
Gabriela Ferreira Nunes Alves – Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da Águas de Niterói S.A. - Rio de Janeiro - RJ: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Niterói S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, xx de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Energia elétrica	(29.490)	(29.155)
Custo de construção	(44.906)	(31.577)
Água	(109.579)	(99.410)
Materiais aplicados nos serviços	(14.545)	(15.192)
Salários e benefícios a empregados	(40.245)	(37.121)
Utilização de imóveis e telefonia	(361)	(357)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(7.085)	(5.593)
Serviços de terceiros	(18.377)	(15.136)
Depreciações e amortizações	(22.362)	(20.801)
Outros custos	(463)	(664)
	(308.191)	(273.653)
	31/12/2023	31/12/2022

<b>27. Despesas gerais e administrativas</b>		
Salários e benefícios a empregados	(33.221)	(32.760)
Utilização de imóveis e telefonia	(870)	(974)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.095)	(974)
Serviços de terceiros	(43.357)	(41.230)
Despesas com contencioso	(3.516)	(2.537)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(167)	(90)
Depreciações e amortizações	(551)	(476)
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	(25.090)	(27.562)
Reversão de contingências	1.471	(128)
Outras despesas	(10.904)	(9.347)
	(117.300)	(116.368)
	31/12/2023	31/12/2022

<b>28. Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	15.859	14.579
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.020)	(910)
Juros e multas vinculadas à operação	5.377	5.411
Variação monetária sobre outros ativos	16	9
Ganhos com operações de swap	402	283
Ganho com derivativos	492	350
Outras receitas financeiras	264	1.176
	21.390	20.898

Despesas financeiras		
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(19.698)	(23.146)
Juros sobre arrendamentos	(194)	(262)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(965)	(821)
Atualização monetária das contingências	(276)	(2.778)
Tributos sobre operações financeiras	(157)	(181)
Descontos concedidos	(2.559)	(1.843)
Perdas com operações de swap	(194)	(270)
Perda com derivativos	(575)	(508)
Outras despesas financeiras	(665)	(755)
	(25.283)	(30.564)
	(3.893)	(9.666)

**29. Seguros:** O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos operacionais	17/01/2023 a 17/01/2025	75.000
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2023 a 27/09/2024	50.000
Garantia de concessão	06/01/2024 a 06/01/2025	11.746
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia judicial	10/03/2021 a 16/03/2026	4.668
Seguro empresarial	23/02/2023 a 23/02/2024	884
Casco Marítimo	18/05/2023 a 18/05/2024	341
Seguro de veículos	17/10/2023 a 17/10/2024	220
<b>30. Transações que não envolvem caixa:</b> Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:		
	31/12/2023	31/12/2022
Adição de arrendamentos	(134)	(2.265)
IRRF sobre swap	60	42
Juros capitalizados	(4.220)	(1.140)
	(4.294)	(3.363)